

# ACM diz que luta para um desfecho rápido

por José Casado  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

"Isto aqui não é a Bolsa de Mercadorias, onde todo dia tem uma cotação diferente", diz Genebaldo Correia, líder do PMDB na Câmara, "mas a verdade é que não sei se todos os candidatos (às eleições de 3 de outubro) vão apoiar o 'impeachment' depois do pleito."

Cerca de cem parlamentares federais estão na disputa por vagas de prefeito em 4,4 mil municípios. A maioria, sabe-se, pertence aos partidos que compõem o bloco governista.

Nas contas do governo, essa maioria de parlamentares-candidatos somada a outros deputados, já viabilizaria 192 votos para Collor. Para impedir o "impeachment" o presidente precisaria de apenas um terço, mais um (168 votos).

O problema é que nas mãos da deputada Roseana Sarney (PFL-MA), encarregada de fazer as contas, pela oposição, há uma listagem de 349 nomes de deputados a favor da retirada de Collor do poder, pelo "impeachment".

A oposição precisa, no mínimo, de 336 votos.

Os dois lados, portanto, trabalham com margens muito apertadas para as circunstâncias. E, além disso, têm nas suas listas, somados, mais votos do que deputados (juntam 541 votos, quando existem 503 deputados). Com certeza, alguém está traindo alguém.

"Vamos jogar para uma votação na Câmara para depois das eleições e aposto: o 'impeachment' não vai passar", desafia o governista Roberto Jefferson (PTB-RJ), nos corredores

do Congresso. "Vamos ter recurso em cima de recurso", avisa.

Um deles: Collor não faria sua defesa, e o presidente da comissão especial que relata a denúncia ao plenário da Câmara, o governista Gastone Righi (PTB-SP), indicaria um "defensor dativo" — um parlamentar, provavelmente Jefferson, para fazer a defesa de Collor, numa manobra que ganharia tempo.

A oposição ameaça com a retirada, pelo voto, de Righi da presidência da comissão. E não é só: está disposta a mudar até o regimento da Câmara para impedir que o voto seja secreto, mesmo se assim for decretado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa idéia ganha força entre líderes oposicionistas como o deputado Ulysses Guimarães e o senador e ex-presidente José Sarney.

A modificação do regimento, instituindo o voto aberto para todas as decisões na Câmara, dependia de maioria simples (252 votos) e poderia ser feita "em três ou quatro sessões", explicou um especialista, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) a Ismar Cardona, deste jornal.

É esse quadro de incertezas que tem levado Collor a fazer gestos que deixam perplexos os políticos: na semana passada esperou, paciente, por 25 longos minutos o deputado Ruberval Pilotto (PDS-SC) para um almoço no Palácio. Ontem à noite, na chuva, foi a um jantar na residência de outro deputado. Ali, conforme relata a repórter Adriana Vasconcellos, estavam cerca de cinquenta supostos aliados do presidente da República.